CONTRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO: UM BREVE OLHAR SOBRE OS DESAFIOS DAS VIVÊNCIAS DE PESSOAS COM SURDEZ[1]

Jeane Yasmim Oliveira dos Santos Peres[2]

Sônia Cupertino de Jesus[3]

RESUMO:
O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada a partir do interesse das vivências de pessoas surdas e em como a Psicologia pode contribuir para o desenvolvimento desses sujeitos, e de seus familiares, buscando compreender um pouco sobre as os diferentes níveis de surdez, a história e a cultura desse público. Nesse sentido, foi escolhido como o método a pesquisa bibliográfica narrativa, no qual foi realizado uma busca de arcabouço teórico acerca do tema surdez e Psicologia, desafios da comunidade surda atendimento à surdos acolhimento de familiares de crianças surdas. Ademais, o arcabouço teórico da Psicologia, serviu ao propósito de pontuar tópicos relevantes para a atuação do psicólogo e os benefícios possibilidade da utilização da terapia de grupo nesse contexto. Artigos das seguintes áreas de conhecimento foram selecionados: pedagogia, sociologia e Psicologia, além das leis vigentes nos país, para traçar um paralelo acerca do que já foi conquistado e o quadro atual. Como fruto desse processo, através de conversa informal com profissionais, identificou-se a importância de psicólogos inseridos na cultura surda que se interessem e explorem as possibilidades de atendimento a este público e ainda no acolhimento à familiares ouvintes de crianças ou adolescentes surdos. A intervenção nesse contexto contribui para o desenvolvimento pleno dessas crianças– tanto em casos de surdez adquirida quanto de nascença – assim como melhor adaptação da família aos desafios e possibilidades.

Palavras-chave: Surdez. Terapia de grupo. Crianças surdas. Pais ouvintes.

CONTRIBUTI DEL PROFESSIONISTA DELLA PSICOLOGIA E POSSIBILITÀ DI AZIONE: BREVE SGUARDO SULLE SFIDE DELLE ESPERIENZE DELLE PERSONE SORDE

RIEPILOGO:

---

[1] Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa de Desenvolvimento humano. Recebido em 25/10/2024 e aprovado, após reformulações, em 25/11/2024.

[2] Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: jeaneyasminp@gmail.com

[3] Mestre em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES-JF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail:soniajesus@uniacademia.edu.br

Questo articolo è il risultato di una ricerca condotta dall'interesse delle esperienze dei sordi e come la psicologia può contribuire allo sviluppo di questi soggetti, e le loro famiglie, cercando di capire un po' sui diversi livelli di sordità, la storia e la cultura di questo pubblico. In questo senso, è stato scelto come metodo di ricerca narrativa letteratura, in cui una ricerca per il quadro teorico sui sordi e psicologia, sfide della comunità sorda cura delle famiglie sorde di bambini sordi. Inoltre, il quadro teorico della psicologia servito a indicare argomenti rilevanti per la performance dello psicologo e i benefici della possibilità di utilizzare la terapia di gruppo in questo contesto. Sono stati selezionati articoli dai seguenti settori di conoscenza: pedagogia, sociologia e psicologia, oltre alle leggi in vigore nel paese, per tracciare un parallelo tra quanto è già stato raggiunto e il quadro attuale. Come risultato di questo processo, è stata identificata l'importanza degli psicologi inseriti nella cultura dei sordi che sono interessati ed esplorano le possibilità di servizio a questo pubblico e anche nell'accoglienza delle famiglie uditive di bambini o adolescenti sordi. L'intervento in questo contesto contribuisce allo sviluppo completo di questi bambini - sia nei casi di sordità acquisita che alla nascita - nonché a un migliore adattamento della famiglia alle sfide e alle possibilità.

Parole chiave: Sordità. Terapia di gruppo. Bambini sordi. Genitori udenti.

1 INTRODUÇÃO

São inúmeros os desafios vivenciados pelos surdos, dentre eles a falta de um acolhimento comunicativo em diversas ou em todas as áreas devido ao desconhecimento da cultura, do idioma (Libras - Língua Brasileira de Sinais) e de alguns recursos que poderiam nortear uma comunicação leve, propiciando uma vida sem traumas no contexto emocional, familiar, pessoal e social.

Na Roma antiga, por valorizarem o corpo belo e perfeito (ideal herdado dos gregos) todos aqueles que nasciam com alguma imperfeição eram sacrificados. Ademais, com o avançar da história, especificamente na trajetória dos sujeitos surdos, por muito tempo não puderam ter acesso à educação pois eram considerados “incapazes de aprender”, sendo assim marginalizados e impedidos de terem uma vida ativa, não tinham nem mesmo direito a herança. Tais restrições se mantiveram até meados do século XV, e no séc. XVI passaram a ter direito à herança somente se aprendessem a falar (Strobel, 2008).

Destarte, se faz relevante uma pesquisa acerca dos desafios tanto dos sujeitos surdos, assim como aqueles que podem ser vivenciados pelas psicólogas (os) no atendimento à surdos e no acolhimento de famílias desses

sujeitos, a fim de conhecer um pouco das possibilidades e dos desafios, ampliar o entendimento sobre a cultura, expor a necessidade da utilização da Língua de Sinais durante o atendimento/acolhimento (a depender da especificidade do sujeito), assim como trazer a luz acerca de alguns facilitadores comunicativos que podem auxiliar no processo (Pereira; Araújo; Silva, 2020).

O presente constructo propiciará ainda a ampliação da área - já que atualmente não há muitas pesquisas nesse contexto, além de proporcionar maior relevância social da categoria, se tornando uma profissão cada vez mais acessível tendo em vista que, observando o Código de Ética do Psicólogo que orienta a categoria a "promover a universalização do acesso à população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e à padrões éticos da profissão" (CFP, 2005, p.7) com a explanação de Felipe (2009, p.82) ao pontuar que "o Surdo tem um modo próprio de olhar o mundo onde as pessoas são expressões faciais e corporais. Como falam com as mãos, evitam usá-las desnecessariamente e quando as usam, possuem uma agilidade e leveza que podem se transformar em poesia".

Dessa forma, ressaltando a complexidade do ser humano, é importante considerar a relação/interação entre o sujeito e seu ambiente que é influenciado por elementos de ordem macro e micro, em consonância com a perspectiva de Silva *et. al*. (2021), que evidencia a necessidade da apropriação de uma prática que busque conhecer o sujeito em seu território conhecendo o que os atravessa e o que influencia aquele objeto de estudo.

O método escolhido foi a pesquisa bibliográfica narrativa, sendo o presente artigo fruto de uma pesquisa em artigos e livros, existentes em diferentes áreas do conhecimento, acerca da surdez, assim como sobre aos métodos e as técnicas desenvolvidos no campo psicológico que possibilitem a condução e planejamento do atendimento. Com essa pesquisa busca-se descrever e discutir a produção nacional, determinando o conhecimento atual sobre a temática.

Na realização da pesquisa, foram consultadas as bases eletrônicas de dados Pepsic, Scielo, Google Acadêmico, além de sites oficiais do governo (Jusbrasil e Gov.br) e autores que pesquisam a temática, tanto no campo da Psicologia como na Pedagogia. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: Psicologia; surdez; atendimento à surdos; acolhimento de familiares de crianças

surdas; e desafios da comunidade surda. Como critério de inclusão foi priorizado os textos que abordassem a história dos surdos, atendimento a surdos e pais de crianças surdas, especificidades e níveis de surdez. As informações extraídas foram acerca dos desafios enfrentados por esse público no decorrer da história, tipos de surdez, técnicas e abordagens da Psicologia que podem ser aplicadas ao referido público, assim como quais habilidades devem ser desenvolvidas por profissionais que se interessem em atender a comunidade surda e seus familiares. Outrossim, foi obtido informações através de conversa informal com psicólogas.

3 ALGUNS ASPECTOS DA SURDEZ

A literatura caracteriza a surdez como a impossibilidade ou dificuldade de processar e interpretar os sons, não sendo considerada como uma deficiência e sim como uma diferença, sendo reconhecida como uma comunidade linguisticamente legítima, que se comunica por meio da língua de sinais e possui uma cultura própria (Strobel, 2008). Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (41 dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Brasil, 2002).

A classificação das perdas auditivas acontece considerando-se os seguintes aspectos: local, grau, momento ocorrido e origem do problema. Na perda auditiva (local), encontram-se as denominações: perdas auditivas condutivas, que ocorreram no ouvido externo e / ou no ouvido médio geradas por patologias e que proporcionam perda auditiva na via aérea; perdas auditivas neurosensoriais, quando ocasionais por lesões na cóclea ou no nervo coclear; e distúrbios auditivos centrais, onde são apresentadas dificuldades para reconhecer ou interpretar a fala, mesmo com exames audiométricos considerados normais (Russo; Santos, 1989, p.25).

SEESP/ MEC, (2005) explicita que a Audição normal - de 0 15 dB; surdez leve - de 16 a 40 dB. Nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio. Considera-se surdez moderada - de 41 a 55 dB e com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar algum tipo de dificuldade para ouvir uma voz um pouco baixa ou o canto dos pássaros. Na

surdez acentuada - de 56 a 70 dB, o indivíduo, possivelmente, terá dificuldades para ouvir uma conversa normal, já no caso da surdez severa - de 71 a 90 dB a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o toque do telefone ou por exemplo, ruídos de aparelhos eletrônicos etc. Na surdez profunda - acima de 91 dB, a perda auditiva pode impossibilitar ou causar dificuldades para a pessoa ouvir o barulho de um caminhão, a sonorização numa discoteca, uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando.

Figura1 – Classificação das perdas auditivas quanto ao grau

CLASSIFICAÇÃO	MÉDIA DA PERDA AUDITIVA
Normal	0 - 25 dB
Leve	26 - 40 dB
Moderada	41 - 70 dB
Severa	71 - 90 dB
Profunda	91 - .....

Fonte: Audiologia Infantil (1989, p. 29).

Quanto à classificação da perda auditiva deve ser considerado se aconteceu antes ou durante o nascimento, chamadas congênitas, e após o nascimento, deficiências auditivas adquiridas, ainda referente à origem pode ser hereditária ou não hereditária (Freeman; Carbin; Boese, 1999).

O Ministério da Educação define:

> Congênitas, quando o indivíduo já nasceu surdo. Nesse caso a surdez é pré-lingual, ou seja, ocorreu antes da aquisição da linguagem; adquiridas, quando o indivíduo perde a audição no decorrer da sua vida. Nesse caso a surdez poderá ser pré ou lingual, dependendo da sua ocorrência ter se dado antes ou depois da aquisição da linguagem. (SEESP/MEC, 2005 p. 15).

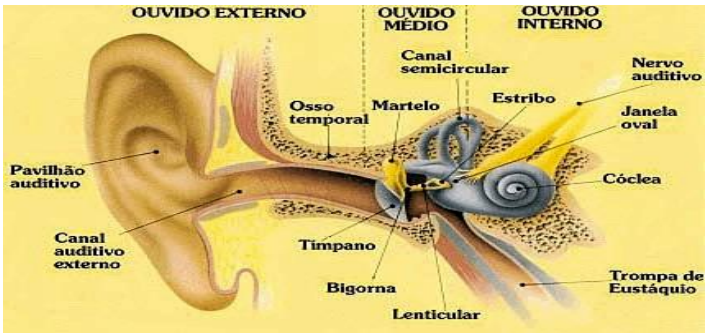
Sendo assim, referente à divisão das causas da surdez (etiologia) são: pré-natais: surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), e exposição da mãe a drogas ototóxicas (medicamentos que podem afetar a audição); perinatais: surdez provocada mais frequentemente por parto prematuro, anóxia cerebral (falta de oxigenação no cérebro logo após o nascimento) e trauma de parto (uso inadequado de fórceps, parto excessivamente rápido, parto demorado) e pós-natais: surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba,

sarampo. Além do uso de medicamentos ototóxicos, outros fatores também têm relação com a surdez, como avanço da idade e acidentes. (SEESP/MEC, 2005).

3.1 TIPOS DE PERDAS AUDITIVAS

Conforme explicitado na figura 2, a surdez ainda pode ser classificada como unilateral, quando se apresenta em apenas um ouvido e bilateral, quando acomete ambos, tendo a possibilidade de ser condutiva ou neurossensorial.

Figura 2 – Estrutura do ouvido



Fonte: http://protetordeouvido.blogspot.com.br/

A surdez classificada como condutiva quando está localizada no ouvido externo e/ou ouvido médio; as principais causas deste tipo são as otites, rolha de cera, acúmulo de secreção que vai da tuba auditiva para o interior do ouvido médio, prejudicando a vibração dos ossículos (geralmente aparece em crianças frequentemente resfriadas). Na maioria dos casos, essas perdas são reversíveis após tratamento; (SEESP/MEC, 2005, p. 16). Já a neurossensorial é quando a alteração está localizada no ouvido interno (cóclea ou em fibras do nervo auditivo). Esse tipo de lesão é irreversível; a causa mais comum é a meningite e a rubéola materna; Mista: quando a alteração auditiva está localizada no ouvido externo e/ou médio e ouvido interno. Geralmente ocorre devido a fatores genéticos, determinantes de má formação; Central: A alteração pode se localizar desde o tronco cerebral até as regiões subcorticais e córtex cerebral. (SEESP/MEC, 2005, p. 16).

Concluindo sobre essas características, (SEESP/MEC,2005, p.15) explicita,

> O conhecimento sobre as características da surdez permite àqueles que se relacionam ou que pretendem desenvolver algum tipo de

> trabalho pedagógico com pessoas surdas, a compreensão desse fenômeno, aumentando sua possibilidade de atender às necessidades especiais constatadas.

Diante disso, para que o aconselhamento alcance o objetivo é fundamental conhecer algumas especificidades e direcioná-las tanto para os pais como para os profissionais envolvidos.

4 BREVE OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DOS SURDOS: A BUSCA POR DIREITOS

Considerar alguns aspectos da história e das vivências dos surdos não é uma **tarefa fácil**, pois trata-se de uma trajetória cheia de idas e vindas, proibições e permissões". No passado, um exemplo desconfortante e sem nenhum acolhimento humano é que para os gregos e romanos, em linhas gerais, o Surdo não era **considerado humano** e até o século XII eram privados de frequentar a escola, os mesmos lugares que os ouvintes e nem podiam se casar (Honora,2009).

Destarte, há um percurso considerável quando se trata de luta por direitos das pessoas com deficiência, nesse sentido, após muitas convenções acerca da temática inclusão social de PcD a conquista mais recente é a LBI/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) que objetiva "assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (Brasil, 2015).

A aprovação desta lei, que tramitou durante 13 (treze anos) no Congresso Nacional, se constitui como um marco importante rumo a uma sociedade inclusiva, trazendo novos dispositivos, e estando de acordo com o conceito internacional de deficiência, colocando o Brasil em consonância com outros países. Esta lei estabelece diretrizes e proteção de direitos tendo como objetivo que todos possam ter acesso à Educação, Saúde, Mobilidade, Trabalho, Moradia e Cultura de forma plena e torna crime atos discriminatórios, como disposto no art. 88 da LBI/2015 (Pereira, 2020). Para Sassaki (2009, p.1), inclusão se constitui como

> Um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero,

> orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Trazendo para a realidade do país, muitos grupos têm alcançado maior visibilidade e expressão, causando uma mobilização social e transformação de paradigmas na sociedade como um todo. A alfabetização e instrução deste grupo no Brasil se deu durante o período do Segundo Império, com a chegada do educador, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, Hernest Huet, que trouxe a Língua francesa de sinais, assim como o alfabeto manual francês que foi a base para se criar a Libras (Honora, 2012).

Nesse período ainda não havia no país instituições especializadas na educação de surdos e foi Huet que solicitou a Dom Pedro II um estabelecimento para tal. Mediante a isso, em 26 de setembro de 1957, é fundado o Instituto dos surdos-mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. O local oferecia 100 vagas, sendo 30 financiadas pelo governo. Até 1951 a instituição passou por mudanças de gestão e tramitou entre diferentes perspectivas para educação de surdos, ora utilizando a Língua de sinais, ora preconizando a oralização e ora a profissionalização destes. Assim despontou, aqui no Brasil, a primeira conquista para os surdos (Honora, 2012).

A surdez pode gerar diferentes impactos ao desenvolvimento dos indivíduos surdos. Alguns estudos apontam que estas dificuldades, ocorrem principalmente pela ausência de uma língua comum entre o sujeito surdo e seus parceiros interacionais ouvintes. Sem ser compreendido, sem poder expressar adequadamente intenções comunicativas e sem compreender o que é falado no/do mundo estes indivíduos apresentam dificuldades sócio-interacionais. Assim o conhecimento específico de uma cultura seria muito interessante a ser considerado pelos profissionais que lidam com as especificidades. Freeman, Carbin e Boese (1999) ressaltam que a cultura do surdo não é uma subcultura e é tão importante como qualquer outra, logo, a abertura do psicólogo para conhecê-la será de grande valia para uma comunicação efetiva e o estabelecimento do *Rapport*. Para isso, ainda na perspectiva desses autores, é necessário conviver com surdos, adquirir o hábito de se comunicar de forma mais expressiva (gestual e facial) e, o mais importante, conhecer as lutas e conquistas deste grupo. Estes conhecimentos servirão de suporte em situações de acolhimento de famílias ouvintes que se deparam com a notícia de ter um surdo

como membro integrante de seus entes queridos, pois, para os que não estão inseridos nessa cultura este é um momento de fragilidade e muitos buscam soluções milagrosas e se deixam enganar por charlatães que usam da esperança da família para se beneficiarem sem pensar nas consequências que acarretará a frustração, afetando o financeiro e a estrutura emocional dos familiares (Freeman; Carbin; Boese, 1999).

No processo de implementação da educação de surdos algumas filosofias foram consideradas: o oralismo, que perpetuou por muito tempo nas escolas para surdos, e a Comunicação Total, que consiste na prática do uso dos sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer *inputs* linguísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas (Stewart, 1993). Outra perspectiva é o bilinguismo, que abrange o aprendizado da Língua de sinais e da língua escrita. Para os bilinguistas os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias, tendo assim, uma forma peculiar de pensar e agir que devem ser respeitadas. De fato, a Língua de Sinais precisa ser considerada como um importante instrumento na comunicação e no trabalho pedagógico de alfabetização do aluno surdo, por resultar em um aprendizado mais significativo para ele, principalmente considerando os direitos linguísticos dos surdos em um contexto inclusivo (Felipe, 1997).

E, nessa **luta** pelos direitos, dentro de uma compreensão comunicativa, alguns avanços foram notórios a partir do ano 2000. Como por exemplo em 2002 a Libras assume o papel de primeira **língua** ou **língua materna** por meio da Lei 10.436 que dispõe no artigo 1º “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Dentro destes parâmetros, em Parágrafo Único afirma:

> Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (LEI 10.436 de 24 de abril de 2002 – Parágrafo Único).

Este evento caracterizou-se como um passo considerável para a inclusão e reconhecimento do surdo como sujeito de direitos e deveres, com uma língua própria, com estrutura distinta do português escrito, tendo em mente que houve

um tempo em que o simples fato de alguém tentar se comunicar pelo gestual era motivo de represália (Honora, 2012).

As especificidades comunicativas que estavam pontuadas tanto na Lei quanto no decreto apontavam que o profissional intérprete de Libras seria necessário. Com esses direcionamentos Tanya A. Felipe (2009) ressalta a primeira pesquisa sobre a Libras que teve a sua publicação em 1875 através do livro **Iconografia dos Signaes dos Surdos Mudos** elaborado por um ex-aluno, Flausino José da Gama [4] que, aos dezoito anos, foi contratado como **Repetidor** ensinava os conteúdos das disciplinas para os colegas, em Libras, conforme relatório do Diretor, Tobias Rabello Leite (1871). Como explicitado por Freeman (1999 p.35)

> Numa época em que a comunicação é tão importante, não entender o que se passa ao seu redor é uma experiência muito apavorante. Você se retrai e fica sozinho. Ou tenta encontrar outros como você para partilhar experiências.

No livro **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** da Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio á Educação de Educação de Surdos/ SEESP/MEC (2004) aponta, que na Suécia, por volta do séc. XIX já se tinha a presença de intérpretes de língua de sinais em trabalhos religiosos.

Já no Brasil somente por volta dos anos 80 que a figura do intérprete de língua de sinais aparece, ocorrido quando a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) cria um departamento responsável especificamente pelas questões referentes aos intérpretes de língua de sinais(DNIF), e somente em 2010 este profissional foi reconhecido por meio da Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 que expõe: Art. 1º na qual regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (Brasil, 2010).

[4] Ver estudo sobre o trabalho de Flausino em Felipe (1998 – Volume II). Os relatórios do Prof. Tobias podem ser consultados no acervo da FENEIS e no acervo do INES.

5 ATENDIMENTO AOS SURDOS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

O trabalho psicológico com as pessoas surdas apresenta algumas particularidades e demanda das profissionais psicólogas (os) algumas habilidades, entre elas, a psicóloga, Patrícia Rodrigues dos Reis[5], que trabalha a mais de 20 na área, destaca que é fundamental para o profissional que deseja atender esse público aprender a Libras. Pontua ainda que, o cenário da Pandemia proporcionou uma ampliação da área, ao trazer a possibilidade de atendimentos online e o atendimento de surdos de outras regiões do país, porém, trouxe também alguns desafios como, a regionalidade, pois assim como cada região tem suas especificidades nos termos utilizados, também há na Língua de Sinais.

Em consonância com a perspectiva de Freeman, Carbin e Boese (1999) que ressaltam que a cultura do surdo é tão importante como qualquer outra e a importância da psicóloga (o) ter a abertura de se inserir no âmbito de seu público, assim como a psicóloga clínica, Dos Reis (2024) também reforça a importância de se inserir dentro da cultura surda, conhecer a comunidade, frequentar eventos e palestras, a fim de entender e respeitar a identidade surda e compreender como interagem. Nesse sentido, também é importante ter parcerias com outros profissionais como fonoaudiólogos, otorrinos, intérpretes e psicopedagogos.

Outro aspecto importante a ser considerado na prática clínica com o surdo é o respeito à diversidade, pois há surdos usuários de Libras que são oralizados, surdos usuários de Libras que não são oralizados, surdos não usuários de Libras e oralizados, surdos usuários de Libras que sabem leitura labial e outros não, surdos que usam aparelhos, surdos que usam implante coclear.

Ainda segundo, Dos Reis (2024), o trabalho com o referido público tem um desafio particular, que é o estabelecimento de vínculo de confiança, pois, por causa da exclusão, muitos surdos têm medo de confiar nos profissionais, e receio de encontrar com outro surdo na sala de espera, por exemplo. Em concordância com isso, Ferreira Júnior, Bezerra e Alves (2021) apontam a necessidade do profissional que pretende conquistar espaço nesse ramo de

[5] Informações obtidas através de comunicação pessoal em 2024.

pouco arcabouço teórico-metodológico, tem um imperativo a ser cumprido que se estabelece pelo código de ética da categoria, a saber, o sigilo profissional. Mediante a isso, se contrapõem a problemática relacionada a se ter um intérprete de Libras para o atendimento de surdos, já que não haverá a garantia do sigilo profissional-cliente sendo necessário, assim como mencionado na fala da psicóloga, **se desenvolver nas libras**.

A profissional clínica, Thaís de Carvalho Muniz Fernandes (2024)[6], salienta que, referente ao atendimento do surdo, é fundamental o conhecimento da Língua brasileira de sinais, conhecer a história e a cultura não somente para compreender os direitos dessa minoria, mas também para adaptações afim de tornar o ambiente acolhedor. Fernandes (2024), também faz uma paráfrase sobre como a ausência de materiais específicos podem se tornar um grande desafio ao atender pessoas com surdez devido as suas especificidades, sendo necessário constantes adequações em técnicas, vídeos, e testes psicológicos. Ademais, Fernandes (2024) destaca o fator sensibilidade para trabalhar com questões sociais e psicológicas relativas ao preconceito, ao estigma social e à exclusão social vivenciados pela pessoa surda, pois muitas vezes, esses sujeitos apresentam uma rede de apoio não eficaz, seja pela falta da comunicação com os familiares, que não aprenderam a Libras e/ou por uma sociedade excludente.

E, por último, um desafio importante a ser superado é a falta de material de avaliação neuropsicológica para pessoas surdas, já que não há adaptação possível para os instrumentos existentes. (Fernandes 2024).

5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO: USANDO A TERAPIA DE GRUPO COMO INTRUMENTO DE ACOLHIMENTO ÀS FAMILIAS DE SURDOS

Ter uma criança com deficiência de qualquer natureza representa um desafio para família e, não raro, a carga mais pesada fica para as mães. Geralmente serão elas as responsáveis por levar a consultas com especialistas, terapias e a escola. Por conseguinte, as nuances emocionais e sobrecarga das atividades diárias refletem em cansaço e alterações de humor que podem prejudicar outros âmbitos da vida da mãe ou do responsável que assume tais

[6] Informações obtidas através de comunicação pessoal em 2024.

responsabilidades (Begossi, 2003). Nesse sentido, Dos Reis (2024), destaca que muitas famílias não algumas vezes deixam de ser uma rede de apoio eficaz para os surdos por apresentar resistência em aprender Libras ou proporcionar ao surdo o contato com a cultura dos não ouvintes. Por conseguinte, em diferentes âmbitos psicólogos (as) podem ser demandados(as) a acolher cuidadores, sejam eles pais, mães ou avós, podendo ainda orientá-los de acordo com suas dúvidas e conflitos emocionais relacionados a novas necessidades. Diante disso, na presente sessão será apresentado a possibilidade de trabalho em grupo com familiares/cuidadores de surdos, assim como os benefícios da referida abordagem.

A literatura nos apresenta algumas possibilidades de trabalhos com cuidadores/pais, podendo ser de forma individualizada ou em grupo. Outro aspecto relevante nesse sentido é haver um equilíbrio com relação à indicação de tratamentos, pontuações referentes a como contribuir com o pleno desenvolvimento da criança sem fazer com que esses cuidadores se sintam culpados acerca de algum aspecto (Freeman; Carbin; Boese, 1999).

A terapia de grupo pode ser aplicada em ambientes como clínicas, associações, escolas ou ONG's E traz alguns benefícios, denominados por Yallom (2006) como fatores terapêuticos de instalação de esperança[7], universalização[8] e catarse[9]. Nesse sentido, um grupo de pais/cuidadores/familiares de crianças surdas poderá ajudar a acolher famílias que acabam de ter ciência da condição da criança ou adolescente (no caso de surdez adquirida) que juntos com os pais mais experientes compartilharão suas experiências, quebrando paradigmas e preconceitos, promovendo para essas famílias maior segurança na criação da criança ou adolescente (Freeman; Carbin; Boese, 1999).

Diante disso, ao ver a possibilidade de formar um grupo de pais de crianças surdas, adotando a perspectiva de Lewin (1978 *apud* Zimerman, 2000), é necessário seguir 4 etapas, são elas: 1. Coletar os dados: que diz respeito a

[7] Estímulo e instalação da fé que possui efeitos terapêuticos, aumenta a fé no processo que se relaciona diretamente com resultados positivos.

[8] Favorece a compreensão de que a pessoa não é a única vivenciando aquela situação. O membro do grupo percebe que há outras pessoas na mesma condição e podem aprender a lidar com suas questões ao observarem como outros pais lidam (Yallom, 2006)

[9] Palavra derivada do grego e significa limpar. Ocorre quando o sujeito expressa seus sentimentos. Esse fator terapêutico só tem benefício quando vinculado a um aprendizado cognitivo (Yallom, 2006).

exploração do campo, pois o grupo/família é a realidade em que a criança surda está inserida, por isso é necessário identificar a realidade das famílias, o tipo e grau da surdez; 2. Diagnóstico – etapa em que o profissional analisará os dados para definir o **problema** e a estratégia para alcançar o objetivo. Em outras palavras, a partir da exploração do campo será possível identificar os pontos relevantes a serem trabalhados, quais dinâmicas e/ou técnicas utilizar para alcançar o resultado esperado; 3. Intervenção: que será o processo em si, os encontros que possibilitarão a instalação dos fatores terapêuticos e que, coletivamente, vai se delineando possíveis intervenções, tendo a (o) psicóloga (o) como facilitador e não como o detentor de todo conhecimento, valorizando as experiências dos pais em conjunto com os conhecimentos técnicos (Freeman; Carbin; Boese, 1999).

5.2 OUTRAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO: ACOLHENDO PAIS OUVINTES DE CRIANÇAS SURDAS

Na abordagem individual (apenas com uma família), o foco também consistirá na acolhida tanto das emoções do sujeito, quanto em suas questões referentes a criação da criança, podendo também haver uma demanda de trabalho com a família nuclear e extensa (grupal). De todas as formas é necessário alinhar o conhecimento técnico psicológico com a história do surdo, considerando a subjetividade do sujeito e sua realidade e a forma que foi descoberta a surdez da criança (Freeman; Carbin; Boese, 1999).

Nesse ínterim, não podemos deixar de considerar a esperança como um fator que pode e deve ser utilizado, contudo, este fator não pode se sobrepor a aceitação da criança e a busca de uma qualidade de vida para esta. Nesse sentido, o profissional se coloca como um norteador, ajudando a elaborar o luto, vendo possibilidades reais de tratamento, como implante coclear ou acupuntura, sempre de acordo com a subjetividade do caso, já que em situações de surdez neurossensorial não há cura, em casos dessa natureza é imprescindível que se tenha clareza nas informações (Freeman; Carbin; Boese, 1999). Sendo assim, muitas famílias ficam receosas em aprender Libras e privam a criança de conhecer um novo horizonte de possibilidades, por isso é importante incentivar a busca de recursos para uma comunicação efetiva, livre de truncamentos, ou

seja, utilizar todos os métodos disponíveis adequados para o desenvolvimento do sujeito para que este consiga se comunicar interna (entre os familiares) e externamente (em outros ambientes), além de promover uma socialização com outros surdos (adultos ou crianças) para possibilitar a construção da identidade surda do sujeito. Este trajeto irá promover o desenvolvimento intelectual e interpessoal do indivíduo, que terá maior facilidade em conviver em comunidade com seus semelhantes e na inserção da referida cultura (Freeman; Carbin; Boese, 1999; Strobel, 2008).

No capítulo 13 do livro **Seu filho não escuta? um guia para todos que lidam com crianças surdas**, apresenta relatos de pais que se sentem de alguma forma coagidos com a de orientações dos profissionais, ao mesmo tempo que dizem para não se sentirem inadequados (Freeman; Carbin; Boese, 1999), tudo isso revela a necessidade de estabelecer um *Rapport* com essa família, sendo empático, diante de qualquer indicação explicar os benefícios tanto para o filho quanto para os demais familiares e ainda dando abertura para ouvir a experiência deles, a opinião acerca do que está sendo conversado e as possibilidades reais de aderir a abordagem mais propicia ao tipo de surdez, a saber, se há viabilidade para implante coclear (explicitando os prós e contras, casos de sucesso e ineficácia, considerando a especificidade da surdez do sujeito), aparelho auditivo, aprendizagem da Libras e/ou Comunicação Total, priorizando sempre a qualidade de vida e saúde do sujeito (Freeman; Carbin; Boese, 1999; Strobel, 2008).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou além de esclarecer sobre os desafios enfrentados por pessoas com surdez e seus familiares, trazer a luz novas possibilidades de atuação para psicólogas (os) e enriquecer o arcabouço teórico acerca da relação Psicologia e Surdez. Esse percurso nos proporcionou entrar em contato com a história da comunidade surda, compreendendo seus medos e dificuldades, sendo uma porta de entrada para quem deseja atuar com o referido público.

Alguns avanços já ocorreram em relação ao profissional da psicologia e as diversas abordagens para um acolhimento empático e satisfatório, porém faz-

se necessário que o olhar para Libras seja coeso ao utilizá-la como uma ferramenta capaz de favorecer a interação entre o profissional da psicologia e paciente surdo possibilitando abordagens livres de truncamentos comunicativos ou intervenções que possam diminuir ou tornar impossível um acolhimento eficaz em todas as especificidades. Assim é muito importante que todas as crianças surdas pudessem usufruir os benefícios, ter as mesmas possibilidades de conviver juntamente com as famílias, ambientes diversos, com a sociedade de modo geral e principalmente compartilhar a identidade cultural como parte integrante da vida diária.

Outrossim, foi gratificante conhecer profissionais que se interessam e se dedicam nessa atuação, sendo possível perceber uma coerência entre a literatura e a prática, além de evidenciar que essa é uma área promissora, já que há muitas pessoas surdas e poucos profissionais capacitados para atendê-los. Nesse sentindo, o anseio é que esta pesquisa possa fomentar outros pesquisadores a explorarem a relação entre Psicologia e Surdez, enriquecendo o arcabouço teórico e ampliando o campo da Psicologia como Ciência e Profissão para que a Psicologia se torne acessível a todos ainda existe um longo percurso a ser trilhado e olhar de forma mais atenta para a questão da surdez é um tópico relevante (Bisol; Simioni; Sperb, 2008).

REFERÊNCIAS

BEGOSSI, J. **O luto do filho perfeito**: um estudo psicológico sobre os sentimentos vivenciados por mães com mães com filhos portadores de paralisia cerebral. Campo Grande: UCDB, 2003. Disponível em: site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7825-o-luto-do-filho-perfeito-um-estudo-psicologico-sobre-os-sentimentos-vivenciados-por-maes-com-filhos-portadores-de-paralisia-cerebral.pdf. Acesso em: 20 set. 2024

BISOL, C. A.; SIMONI, J.; SPERB, T. Contribuições da Psicologia Brasileira para o Estudo da Surdez. Psicologia: Reflexão e Crítica, v.21, n. 3, 392-400, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/LLp49WF6mHZSJjBf4xcgpht/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 abr. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial: **Saberes e práticas da inclusão.** Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Brasília: SEESP/MEC 2005.

BRASIL, Decreto nº 5626/05 - **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. Lei 10.436, DE 24 de abril 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Lei 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BRASIL. Lei nº 13.146/15. **LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 03 mar. 2020.

C.F.P**. Código de Ética Profissional dos Psicólogos,** Resolução n.º 10/05, 2005. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf. Acesso em: set, 2023.

REIS, P.R. dos. **Psicóloga Bilingue** (português/Libras). Especialista no atendimento aos Surdos, Surdocegos, CODA, usuários ou não de aparelho auditivo e implante coclear (IC).

FELIPE, T. A. **Uma breve retrospectiva da educação de surdos no Brasil** (II). In: FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto: curso básico: livro do estudante. 9. ed. Rio de Janeiro: Walprint, Cap. 5. p. 152-153, 2009.

FERNANDES, T.C.M. **Psicóloga Clínica**, especialista em terapia Cognitivo Comportamental.

FERREIRA JUNIOR, J. L.; BEZERRA, H. J. S.; ALVES, E. **O. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil**: Uma revisão de literatura. **Psicol. clin.** v.33, n.3, dezembro de 2024, p. 537-556. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000300009. Acesso em: 29 mar 2024.

FREEMAN, R. D.; CARBIN, C. F.; BOESE, R. J. **Seu filho não escuta?** um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.

HONORA, M.; FRINZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinai**s: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Bahia: Ciranda Cultural, 2012.

MONTEIRO, C. M. **Pessoa com deficiência**: a história do passado ao presente. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, Universidad de Jaén, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016. Disponível

em: https://www.redalyc.org/journal/5746/574660899019/html/ Acesso em: 12 de maio de 2024.

PEREIRA, V. A.; ARAÚJO, K. V.; SILVA, J. L. S. **Psicoterapia para pessoas com surdez**: um processo de inclusão. Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur, Luziânia, v. 1, n.3, p. 12-22, 2020. Disponível em: http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/603c33c2a9539528a40acf22/pdf/dialogosplurais-1-3-20.pdf. Acesso em: 03 de abr de 2024.

SASSAKI, R. K**. Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, v. XII, mar./abr. p. 10-16, 2009. Disponível em: https://ead.uenf.br/moodle/pluginfile.php/57549/mod_resource/content/1/Inclus%C3%A3o%20%20Acessibilidade%20no%20Lazer%2C%20Trabalho%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%282009%29%2C%20Sassaki%2C%20RK.pdf. Acesso em: 4 abr 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, A. P. S. et al. **Caminhos para uma inserção territorializada da Psicologia**. In: Relações pessoa-ambiente na América Latina [livro eletrônico]: perspectivas críticas, territorialidades e resistências. Porto Alegre: ABRAPSO, p. 75-92, 2021.

STEWART, D. A. **Pesquisa sobre o uso de sinais na educação de crianças surdas**. In: M.C. Moura, A.C.B. Lodi e M.C.C. Pereira (orgs.). Língua de Sinais e educação do surdo. São Paulo: TecArt, 1993.

STROBEL, K. **Surdos: vestígios não registrados na história.** (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008. Disponível em: Microsoft Word - teseversaofinalok!.doc. Acesso em: 14 maio 2024

YALOM, Irvin D. **Psicoterapia de grupo**: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ZIMERMAN, D. E. **FUNDAMENTOS BÁSICOS DAS GRUPOTERAPIAS**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.